

A profissão docente em Sergipe oitocentista

Kate Constantino Oliveira¹

É notória a falta de popularidade entre os pesquisadores em História da Educação Brasileira quanto aos temas do século XIX. Essa situação pode ser comprovada pela baixa produção de pesquisas sobre o período citado bem como pelos poucos números de trabalhos produzidos nos últimos anos em importantes eventos da área. O interesse de pesquisadores por objetos relacionados aos anos de 1800 traz reflexões que buscam entender como o modelo escolar oitocentista se articula com o processo de constituição da esfera pública no Brasil, bem como com o projeto de construção da nacionalidade pela educação. O livro *Configuração do Trabalho Docente: a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889)* (Edições UFC, 2013, 333 páginas), da pesquisadora e professora universitária Simone Silveira Amorim, nos convida a pensar o processo de constituição do trabalho docente dos professores primários no século XIX no território sergipano. A autora, doutora em Educação desde 2012, traz para os estudiosos em História da Educação Brasileira relevantes discussões sobre a construção da representação social da função do professor público em Sergipe nos idos de 1800, mais especificamente entre os anos de 1826 e 1889, pensando a educação como prática civilizatória do projeto de formação do Estado brasileiro. A obra teve origem em sua tese de doutoramento defendida na Universidade Federal de Sergipe e seu texto é precedido pelo prefácio assinado por Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas no qual são destacados os méritos da obra. O minucioso desenho do cenário dos fazeres e saberes docentes do Sergipe oitocentista traçado por fontes tão diversas como documentos oficiais, relatórios da instrução pública, bem como a legislação e anúncios e denúncias veiculados na imprensa sobre o trabalho do professor são alguns dos pontos positivos destacados por Freitas. O livro traz uma introdução, três capítulos de desenvolvimento da ideia central da obra bem como uma sintética e esclarecedora conclusão das ponderações apresentadas ao longo do texto.

Resenha recebida em 18/02/2015 e aprovada em 29/03/2015.

Na introdução, a autora justifica sua escolha por documentos autênticos como fontes para o desenvolvimento de sua pesquisa. Jornais que reproduziam os Relatórios da Instrução Pública, regimentos como processos normativos, resoluções, bem como a legislação em vigor foram analisados e comentados. Assim, nos são apresentados os marcos temporais do estudo quanto à análise da legislação, datando os anos de 1827 - justificado pela promulgação da Lei imperial que organizava o ensino primário no Brasil, e 1877 - por ser o ano da promulgação da resolução que criou a Escola Normal em Sergipe, como anos inicial e final da pesquisa. Dessa forma, os debates públicos relacionados com a Instrução Pública na Assembleia Provincial são um espelho do modelo de educação buscado para o tão desejado Estado brasileiro iluminista em formação e a normatização legal é então defendida como uma das principais formas de intervenção do Estado brasileiro na construção de um povo letrado.

Da institucionalização da escola e o conseqüente afastamento do ensino do contexto doméstico inicia-se a normatização do magistério e um investimento na formação de professores em novos métodos passa a ser tarefa desempenhada pelo Estado Imperial no recrutamento, contratação e formação de material humano. A educação doméstica refletia até então a representação de que a Educação realizada na Casa contribuía para a manutenção de um estatuto de diferenciação social. O Estado Imperial, representado na figura de D. Pedro I promulga em 15 de outubro de 1827 a primeira lei do século XIX sobre esse assunto. A autorização para a criação de escolas de Primeiras Letras em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos onde esse tipo de ensino fosse necessário representou um passo importante no que diz respeito ao processo civilizador brasileiro pois com a educação moldava-se a identidade do povo brasileiro. Com a promulgação do Ato Adicional de 1834 a responsabilidade de organização do ensino passa a ser das Províncias. Em Sergipe, a primeira tentativa de se estabelecer uma cadeira pública de instrução primária deu-se em 1830 através da solicitação das povoações de Laranjeiras, Pé do Banco e Aracaju. Este pedido foi atendido somente no ano de 1835 e suprimida a cadeira três anos depois. Os pobres e mestiços eram o alvo das políticas relativas à educação pública primária no Brasil representando dessa forma a população a ser civilizada. Quanto aos negros, estavam impedidos de ter acesso à instrução pública, já os brancos abastados preferiam a educação doméstica.

Quando a responsabilidade pelo ensino é assumida pelo Estado, o ingresso à profissão pública passa a depender de concurso. Começa, então, o processo de profissionalização docente. Os professores tornam-se funcionários do Estado com a nobre responsabilidade de reproduzir a ordem social dominante organizando e dando coesão à nova sociedade nacional. Em Sergipe, Amorim nos diz que o concurso público para todas as cadeiras de Primeiras Letras foi aberto em dezembro de 1828. Já na década seguinte, a província de Sergipe contava com 36 escolas de Primeiras Letras e cria em 20 de março de 1828, por meio de lei, a sua primeira Escola Normal, matriculando-se os professores públicos designados pelo governo bem como todos que almejassem o título de normalista. A referida lei buscava a qualidade daqueles que já exerciam a profissão bem como a formação de novos mestres primários. Contudo, a lei que alterou mais profundamente a organização do ensino em Sergipe foi o Regulamento da Instrução Pública de 1858. Esta lei estruturou a educação em Sergipe uniformizando o ensino nas cadeiras de Primeiras Letras. Um calendário escolar foi estabelecido assim como foram estabelecidas as disciplinas que integrariam o currículo. Assim, três momentos são considerados pela autora como basilares para a discussão sobre o processo de profissionalização docente no século XIX no Brasil: a Lei de outubro de 1827, o Ato Adicional de 1834 e o Decreto de 1854. Outros momentos são destacados pela autora

Cadernos do Tempo Presente, n. 20, jun./jul. 2015, p. 80-85 | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

como anos significativos para o debate da configuração do trabalho docente. A lei de 1858 determinou os ordenados de acordo com a localidade definindo também que a profissão docente fosse incompatível com qualquer outro cargo público. Já a lei de 1861 autorizava o governo provincial a, num prazo de seis meses, remover qualquer professor que porventura não desempenhasse adequadamente suas obrigações.

As considerações da professora Simone Amorim nos levam a entender que a década de 1870 foi de significativa importância para a Instrução Pública em Sergipe por conta das constantes mudanças de Presidentes da Província que quebravam a continuidade dos Regulamentos baixados. O regulamento de 1873 se configurou na tentativa de municipalização do ensino primário. Já o de 1874 criava a Escola Normal para alunos do sexo masculino. No ano de 1876 foi aprovada uma resolução que autorizava o Presidente da Província a reformular a Instrução Pública dando-lhe novo regulamento. Este só foi aprovado em 1877 e regulamentou a Instrução Pública Geral, sobre as funções de Diretor Geral, do Conselho Superior da Instrução Pública, dos Delegados e visitantes Literários, da Instrução Pública Primária e Secundária. É nessa década que se começou a pensar, por exemplo, na ascensão na carreira com o aumento gradual do salário a partir de critérios como antiguidade e merecimento. Além da análise da legislação referente à Instrução Pública num período de quarenta anos, de 1827 a 1877, a importância da criação da Escola Normal na formação institucionalizada dos professores docentes são os elementos que compõem o estudo do segundo capítulo da obra da professora Amorim. Em Sergipe, o Regulamento de 2 de outubro de 1870 criou o curso Normal que só inicia suas atividades um ano depois. Apesar de ter sido direcionado ao público masculino, a Escola Normal caracterizou-se como sendo de educação feminina pois os alunos preferiam os cursos preparatórios ao magistério.

As peças legislativas analisadas contribuíram para o processo de definição e de construção de representações sobre a função de professor público no século XIX. Além disso, segundo Amorim, por conta da autonomia das províncias, evidenciou-se que não foi elaborado um projeto nacional de educação ficando os procedimentos de instrução do povo fragmentados em iniciativas subordinadas aos governos provinciais, permeados por discursos diversos, eivados de intencionalidade em defesa dos interesses dos grupos representados pelos que os proferiam apesar da educação ser tomada pelo Estado como instrumento de formação da identidade nacional. Em seu penúltimo capítulo, a autora identifica as estratégias utilizadas pela elite intelectual e política para convencer a população sergipana letrada de que a Instrução Pública em Sergipe estava em pleno desenvolvimento e em consonância com o que havia de mais moderno no período. A institucionalização da escola é então usada como fator basilar na divulgação do ideário de progresso. A instrução pública torna-se discurso presente na vida política sergipana e as disputas na Assembleia passam a repercutir na vida do professorado. A instrução pública entra então em debate no “Jornal do Aracaju” com a publicação do Relatório da Instrução Pública denunciando problemas relacionados ao ensino primário. No discurso das autoridades da Instrução Pública em Sergipe é defendida a ideia de que a profissionalização docente sem retorno financeiro seria a causa do desinteresse pela instrução pública primária por parte dos professores bem como é reforçada a máxima de que essa carreira deveria ser encarada como um sacerdócio sendo a Província cumpridora de suas obrigações.

Apesar da necessidade de formar mão de obra especializada para o ensino de primeiras letras, a procura pelo Curso Normal é mínima, inscrevendo-se aqueles que se interessavam

apenas na obtenção de licença junto às autoridades para estudar nas Faculdades. Críticas ao Curso Normal foram feitas na imprensa sendo encarado o magistério como uma profissão de poucos atrativos e considerada como um meio de vida para indivíduos inaptos. A incompatibilidade entre o exercício do magistério e o estado conjugal da mulher também entrou em pauta de discussão na imprensa sergipana. Argumentos em defesa da melhor habilitação da mulher solteira em detrimento da casada no desempenho das funções do magistério foram defendidos. Experiências no campo educacional das “nações mais antigas” foram também polemizadas nos folhetins pela defesa da adaptação em terras sergipanas do que havia de melhor e mais modernos para o desenvolvimento da sociedade e da nação. No trabalho com os jornais do século XIX, Amorim notou que a legislação estrangeira possuía lugar nos periódicos. Os jornais constituíam-se então como ferramenta de divulgação de tendências educacionais. Através do “Jornal do Aracaju”, jornal oficial da província, foi possível verificar a tentativa de convencimento de novas tendências e mudanças que já estavam em voga nas nações “mais modernas”. Assim, temas como laicização da educação, obrigatoriedade do ensino, espaços masculinos e femininos, políticas de formação docente, currículo, entre outros puderam ser identificados pela autora.

A institucionalização do ensino, demonstrada através da sua interdependência das legislações estrangeiras e brasileiras publicadas no “Jornal do Aracaju” no ano de 1872 foi analisada pela autora como hipótese de que essa ação foi realizada como forma de convencimento da população sergipana letrada de que a Instrução Pública em Sergipe estava em consonância com o que havia de mais moderno no período em termos de Instrução Primária. O Estado, institucionalizando, estatizando e uniformizando a Educação utilizou-se da legislação como ferramenta para o desenvolvimento da instrução. Na edição de número 43 do “Jornal do Aracaju” foi replicado um texto sobre o então recente projeto de reforma da Instrução Primária na Alemanha no qual trazia um modelo educacional calcado no desenvolvimento do intelecto concomitante com o físico bem como a obrigatoriedade da habilitação docente. Já na Inglaterra, a Instrução Elementar ou Primária era livre, sendo permitido a qualquer pessoa abrir escolas sem licença, desde que não subvencionadas pelo Estado. A importância dos intelectuais do século XIX estudarem e analisarem as legislações de países da Europa e dos Estados Unidos se insere numa tentativa de internalizar a estrutura de ensino laica vigente nesses países. Mostrar as ações de outras nações tinha por finalidade trazer para nós o pensamento iluminista numa estratégia de construção de uma identidade nacional espelhada nas nações centros do saber moderno. Por meio desta política educacional, as elites brasileiras buscavam o aperfeiçoamento de uma modernidade cujas sementes haviam sido lançadas no Brasil sob a égide da política pombalina.

Em seu último capítulo de desenvolvimento são traçadas as representações através de ofícios, correspondências e anúncios em jornais sergipanos do ser professor de Primeiras Letras. A transformação dos professores em funcionários do Estado significou a afirmação de garantias e prerrogativas legais para o professorado dispondo agora de mecanismos institucionais que viabilizariam o diálogo com o poder público especialmente através dos ofícios e correspondências. O estudo de ofícios e correspondências entre professores e agentes do poder público ajudou a esclarecer aspectos relacionados com a configuração do magistério primário, suas representações e a formação do *habitus* da categoria.

Verificou-se que os jornais do século XIX foram utilizados pelos professores primários como ferramenta de legitimação e divulgação de seus serviços havendo em Sergipe

oitocentista uma significativa rede de educação doméstica, concorrendo com o atendimento dado nos colégios particulares e ultrapassando o atendimento dado pela escola pública. A profissão de preceptora persistia em meio à profusão de aulas públicas e escolas particulares. As preceptoras tinham como incumbência transmitir os demais conhecimentos não ensinados pela mãe já que a esta cabia a instrução básica nas primeiras letras e na religião, além das tarefas domésticas. A educação doméstica, quando praticada nas Casas, tinha algumas vantagens para as professoras e professores, pois lecionavam um número reduzido de alunos sendo os serviços melhor remunerados, não havendo intermediações relativas ao pagamento e podiam ensinar em várias moradias.

Assim sendo, diversos aspectos relativos às práticas dos professores e os resultados a serem atingidos foram objeto de publicação nos jornais. A partir das reformas pombalinas nos domínios portugueses, com a lei de novembro de 1772, foi apresentada uma proposta de quantificação das aulas de Primeiras Letras através de mapas. Estes informavam não somente a existência das aulas como a frequência dos alunos e os conteúdos a serem ministrados, constituindo-se em um dispositivo do governo para controlar o trabalho dos mestres sendo de apresentação necessária para o recebimento do salário e para continuidade da escola. Os mapas depunham então contra ou a favor do professor à medida que, quando da inspeção, os inspetores podiam confrontar a informação no documento com o que efetivamente ocorria em sala de aula. O trabalho dos professores era constantemente vigiado por agentes do Estado, sem mencionar a presença marcante do Imperador D. Pedro II em visitas às aulas públicas de meninos e meninas no território sergipano, avaliando na maioria das vezes, como sofrível o trabalho desempenhado pelos professores quando da arguição dos alunos. Como afirma a autora da obra, ser professor público fazia parte do início da carreira docente, conferindo ao professor de ensino elementar uma autorização do Estado e da própria sociedade de ensinar.

A organização do trabalho docente primário em Sergipe no século XIX se pôs como um desafio para o Estado Imperial que buscava a unificação da instrução em todo o território nacional. As leis, regulamentos, resoluções se constituíam em instrumentos norteadores da ação estatal tendo em vista o gigantesco território brasileiro e, conseqüentemente, da missão a ser cumprida. As discussões públicas em torno da formação dos professores contribuíram para a construção de um discurso unificado a respeito do ensino e da configuração do professorado garantindo sua legitimação pelo domínio dos tempos e espaços escolares. A escola surge então como um local de transmissão de um saber pedagógico fruto dos discursos civilizatórios da época. Identificar a maneira como a realidade educacional sergipana foi construída e escrita através da legislação educacional, dos ofícios e correspondências e dos jornais foi o caminho escolhido pela pesquisadora a fim de apreender a forma como esta se apresentava classificada, dividida e delimitada numa tentativa de apreciação e percepção da realidade da configuração da profissão docente no ensino primário numa tentativa de convencimento da população de que Sergipe estava trilhando um caminho semelhante às nações mais desenvolvidas. O Império se constituiu como o período em que debates e uma variada gama de iniciativas e práticas educativas se engendravam, produzindo a forma escolar que foi posta em prática. Estado, família e agentes do governo mediados pela lei e pela imprensa configuraram a profissão docente primária e a representação que estes construíram em uma efetiva interdependência através de laços invisíveis mas que se fortaleceram e deram uma nova configuração dos saberes, tempos e espaços educacionais.

Notas

I Mestranda em Educação na linha de pesquisa Educação e Formação Docente pela Universidade Tiradentes – Unit. Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França – FSLF. Graduada em Letras Português-Francês pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Atua como estudante do Núcleo de Estudos de Cultura da UFS - Pólo autónomo internacional do CLEPUL: HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO e do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO/GT-SE) E-mail: k8oliveira@gmail.com

Referência bibliográfica

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente: a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889)**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.